



AS DESIGUALDADES NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: AS DIFERENÇAS CULTURAIS E ECONÔMICAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

EDUCATIONAL INEQUALITIES IN PUBLIC HIGHER EDUCATION: ECONOMIC AND CULTURAL DIFERENCES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PIAUÍ

Guiomar de Oliveira Passos

Doutora em Sociologia/Universidade de Brasília
Professora da Universidade Federal do Piauí
E-mail: guiomar@ufpi.edu.br
Teresina, Piauí, Brasil

Ana Caroline Viana Costa

Especialista em Supervisão Educacional/Universidade Estadual do Piauí
E-mail: anacvcosta@hotmail.com
Teresina, Piauí, Brasil

*Endereço: Guiomar de Oliveira Passos

Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Serviço Social. Campus Ministro Petrônio Portela. Ininga, CEP: 64.049-550, Teresina/PI, Brasil

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho

Artigo recebido em 06/02/2013. Última versão recebida em 02/03/2013. Aprovado em 03/03/2013.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

RESUMO

Abordam-se as desigualdades educacionais, examinando a distribuição dos sujeitos no interior da Universidade Federal do Piauí, a partir da identificação dos cursos que atraem os possuidores de maior e menor volume de capital econômico e cultural. Objetiva-se compreender o acesso ao ensino superior público, a partir da conexão, feita por Bourdieu (1992), entre propriedades e êxito escolar. É pesquisa quantitativa, com dados do questionário aplicado na inscrição do exame seletivo de ingresso, a partir do qual se calculou o capital econômico e cultural. Constatou-se que as posses operam diferentemente entre os cursos: uns são mais seletivos do que outros, com maiores e menores diferenças, mas, todos, espaços sociais hierarquizados, desiguais. Conclui-se que as propriedades econômicas e culturais influenciam os resultados da seleção, o tipo de curso e definem posições na Universidade.

Palavras-chave: ensino superior; democratização do ensino superior; desigualdades no ensino superior.

ABSTRACT

This work seeks to discover educational inequalities by examining the distribution of subjects in the Federal University of Piaui. The work identifies to what degree certain courses attract individuals who possess either high or low volumes of economic and cultural capital. It seeks to understand the access to higher education pursuant to the viewpoint(s) expressed by Bourdieu (1992), between properties and academic achievement. This is a quantitative study which used economic and cultural capital data calculated from enrollment exam questionnaires filled out by prospective students. It was found that the possession of capital operates differently between courses; some are more selective than others, but they are all hierarchical and unequal social spaces. The research concluded that the economic and cultural properties influence the results of selecting the type of course and define positions at the University.

Keywords: higher education; democratization of higher education; inequalities in higher education.

INTRODUÇÃO

Este texto versa sobre a problemática das desigualdades educacionais entre as classes, examinando a distribuição dos sujeitos no interior da Universidade Federal do Piauí. É uma investigação precedida de outros estudos sobre acesso ao ensino superior público que evidenciaram a herança cultural dos usuários da política pública consignada nessa instituição ou as condições econômicas, sociais e culturais daqueles que obtiveram êxito nos seus cursos mais concorridos: Medicina, Serviço Social, Enfermagem, Nutrição e Direito. Uma e outra, constatando que têm acesso ao ensino superior os privilegiados e desprivilegiados econômica, social e culturalmente, sendo mais os primeiros, configurando o espaço social da Universidade como heterogêneo, com as mesmas desigualdades e hierarquias da sociedade piauiense.

Nesta pesquisa, aprofundaram-se essas constatações, ampliando a investigação sobre os aprovados para todos os cursos e inquirindo mais especificamente sobre as desigualdades e hierarquização no interior do espaço social da Universidade Federal do Piauí. Assim, perguntou-se não apenas quem tem acesso à universidade pública no Piauí, vale dizer quem eram os 2.345 que lograram êxito nos processos seletivos de 2005, último em que vigorou apenas a ampla concorrência, mas também: que cursos recebem os alunos provenientes de famílias com maiores e menores rendas e escolaridade? Como estão hierarquizados os cursos no interior da Universidade Federal do Piauí? Que fatores são determinantes na aprovação nos exames seletivos da Universidade Federal do Piauí?

Neste artigo, expõem-se os dados relativos à hierarquização dos cursos no interior da UFPI, submetendo-se ao crivo da validade empírica, o princípio de compreensão inaugurado por Pierre Bourdieu (1992) sobre a relação entre sistema de ensino e a estrutura das relações entre as classes. Aqui são exploradas as diferenças socioeconômicas e culturais entre os alunos, identificando os lugares que ocupam no espaço social da Universidade e, conseqüentemente, oferecendo elementos para a análise da realidade educacional.

É que se toma a Universidade, a partir de Bourdieu (1996, p. 19), como um espaço social e, como tal, “constituído de tal forma que os agentes são aí distribuídos, em função da sua posição nas distribuições estatísticas, de acordo com *dois princípios de diferenciação* (grifo do original) [...] – o capital econômico e o capital cultural” (BOURDIEU, 1996, p. 19). O primeiro apresenta-se na forma dos “fatores de produção (terras, fábricas, trabalho)” e como “conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais) (BONAMINO et ali., 2010, p. 488). Já o segundo pode existir em três estados: incorporado — são as

disposições firmemente inculcadas; objetivado — na forma de bens culturais, tais como esculturas, pinturas, livros etc — e o institucionalizado, basicamente, na forma de títulos escolares (BOURDIEU, 2002).

Enfatizam-se, por um lado, os efeitos da igualdade em que se baseava o processo seletivo de ingresso, expondo as desigualdades produzidas pela democratização e, por outro, a hierarquia entre os cursos, que, como dizem Costa e Nogueira (2009, p. 228) ameaçam de algum modo “o projeto de uma educação genuinamente republicana”, vale dizer, alicerçada no valor da equidade.

No estudo aqui exposto, identificam-se os cursos que atraem alunos que possuem maior e menor volume de capital econômico e cultural, verificando como estão distribuídos no espaço social da Universidade Federal do Piauí e se, como preconiza Bourdieu (1992), existe conexão entre essas propriedades e o acesso ao ensino superior público. Isso equivale a perguntar a respeito dos efeitos da igualdade, sob a qual se assentavam os processos seletivos vigentes até 2005, sobre as desigualdades sociais. Será que esta afeta os resultados daqueles?

Os dados foram obtidos junto à Comissão Permanente de Seleção (COPESE/UFPI) quando da inscrição nos processos seletivos, nas modalidades geral e gradativa, e cedidos à pesquisa pelo Processo nº. 011638/06-00. A partir deles, calculou-se o volume de capital econômico e cultural, estabelecendo-se, como descrito detalhadamente adiante, um valor para cada variável, sempre considerando do mais ao menos escasso, ou da maior à menor influência no acesso ao ensino superior. Trata-se, como fizeram Bonamino e outros (2010), de uma tentativa de dar inteligibilidade a um princípio teórico e, com certeza, carente de melhor formulação e, principalmente, de aperfeiçoamento.

Os resultados estão expostos em quatro partes. Na primeira, caracterizam-se os sujeitos em termos de suas condições econômicas e culturais. Depois, tendo por base esses dados, delinea-se seu perfil considerando o capital econômico e cultural e identificando os cursos que atraem os que têm maior e menor volume desses dois tipos de propriedade e, por último, localiza-os no espaço social a partir delas. Na conclusão, são expostas as desigualdades, destacando-se os fatores favoráveis ao acesso e os cursos mais e menos seletivos, vale dizer, a hierarquia social que a igualdade dos processos seletivos produziu.

CONDIÇÕES ECONÔMICAS E CULTURAIS DOS APROVADOS NO PSIU (PROGRAMA SERIADO DE INGRESSO NA UNIVERSIDADE) DE 2005

No exame seletivo para ingresso na Universidade Federal do Piauí, realizado em 2005, 18.064 candidatos concorreram às 2.345 vagas (UFPI, 2006), o que significa que apenas 13%

dos inscritos foram aprovados. Expõem-se, em primeiro lugar, as condições econômicas e culturais, tendo-as como princípio ou gênese das escolhas dos cursos. Nas condições econômicas, foram considerados os seguintes fatores: ocupação do pai e da mãe, renda familiar, exercício de atividade remunerada e participação do estudante na renda familiar, situação da moradia e meio de transporte utilizado. Nas condições culturais, são os seguintes: grau de instrução do pai e da mãe, tipo de escola onde estudou o ensino médio, turno em que cursou as séries do ensino médio, tipo cursado no ensino médio.

Condição econômica dos aprovados

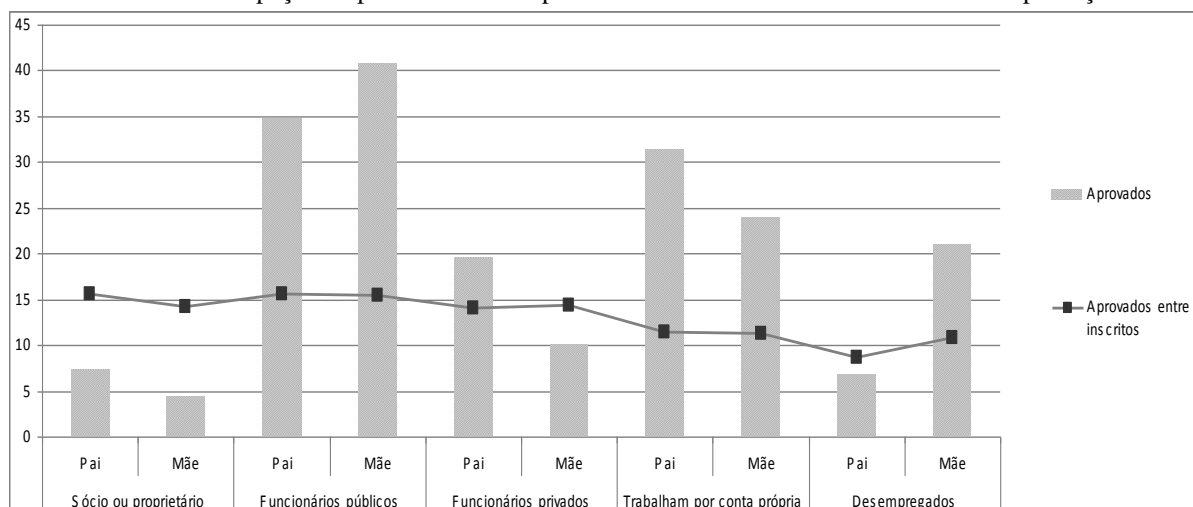
Os pais de 93,2% dos aprovados e de 79,1% das mães, como exposto na Tabela 1, desfrutam de trabalhos que lhes garantem renda definida. Alguns como funcionários públicos, o maior grupo tanto entre os pais (34,9%), como entre as mães (40,9%), outros trabalhando por conta própria (31,5% e 23,9%), ou em empresas privadas (19,5% e 10,0%).

Tabela 1: Ocupação de pais e mães dos aprovados no PSIU/UFPI em 2005 e taxa de aprovação

Ocupação dos Pais	Genitores	Aprovados		Aprovados entre inscritos
		Abs.	%	%
Sócio ou proprietário	Pai	169	7,3	15,5
	Mãe	99	4,3	14,2
Funcionários públicos	Pai	808	34,9	15,6
	Mãe	949	40,9	15,4
Funcionários privados	Pai	451	19,5	14,1
	Mãe	233	10,0	14,4
Trabalham por conta própria	Pai	729	31,5	11,4
	Mãe	556	23,9	11,3
Desempregados	Pai	158	6,8	8,6
	Mãe	486	20,9	10,8
Total	Pai	2.315	100	13,1
	Mãe	2.323	100	13,0

Verifica-se que o tipo de ocupação não influencia o resultado, como evidenciado no Gráfico 1, mas a condição em que o trabalho é realizado impacta na aprovação, pois os melhores resultados (15,5% e 14,2%) são dos filhos de proprietários de empresas e os piores (8,6% e 10,8%) daqueles cujos genitores estavam desempregados.

Gráfico 1: Ocupação de pais e mães dos aprovados no PSIU/UFPI em 2005 e taxa de aprovação



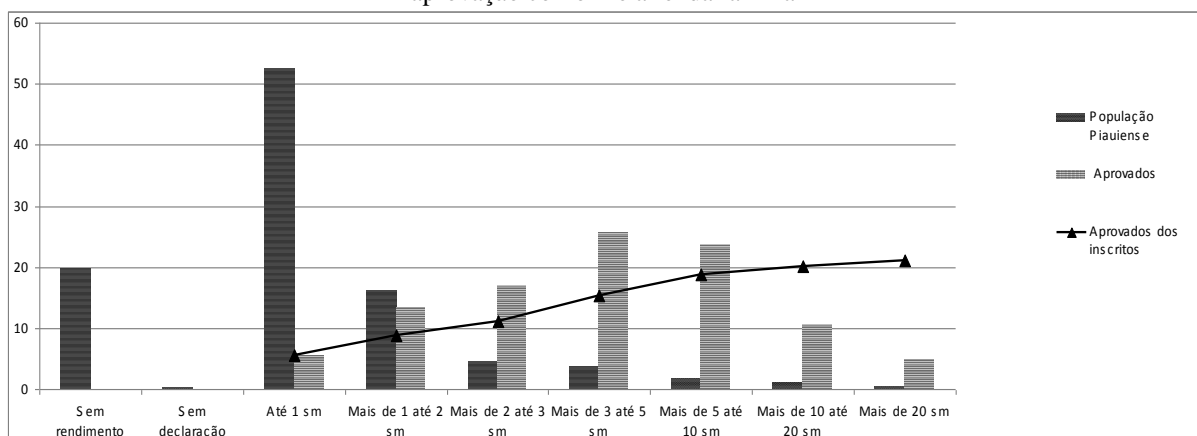
Essas ocupações permitem uma renda familiar líquida que varia de 1 a mais de 20sm, sendo, como demonstrado na Tabela 2, a maior parte (64,5%) com mais de 3sm que era a renda, naquele ano, de 6,9% da população piauiense. Entre estes, 5,7% possuem renda de mais de 3 a 5sm, 23,5% mais de 5 a 10sm, 10,5% mais de 10 a 20sm e 4,7% mais de 20sm.

Tabela 2: Renda familiar líquida dos aprovados no PSIU/UFPI em 2005 e da população piauiense e taxa de aprovação conforme a renda familiar

Renda Familiar	População Piauiense	Aprovados	
	%	ABS	%
Até 1 salário mínimo	52,6	127	5,4
Mais de 1 até 2 salários mínimos	16,1	310	13,3
Mais de 2 até 3 salários mínimos	4,4	391	16,8
Mais de 3 até 5 salários mínimos	3,7	600	25,7
Mais de 5 até 10 salários mínimos	1,8	548	23,5
Mais de 10 até 20 salários mínimos	1,0	245	10,5
Mais de 20 salários mínimos	0,4	110	4,7
Sem rendimento, inclusive os que receberam benefícios.	19,8	-	-
Sem declaração	0,2	-	-
Total	100	2331	100

Na Universidade, aqueles que são minoria na população (mais de 3sm) são quase o dobro dos que são a maioria. Há, portanto, uma sobrerrepresentação daqueles com maiores rendas. Isso se deve à maior aprovação destes. O êxito, como evidenciado no Gráfico 2, foi diretamente proporcional à renda, isto é, quanto mais elevada era a renda, maior a aprovação, sendo de 21,1% dos inscritos com mais de 20sm; de 20,2% dos de 10 a 20sm; de 18,8% dos de mais de 5 até 10sm; de 15,3% dos de 3 a 5sm; de 11,1% dos de mais de 2 até 3sm; de 8,9% dos com mais de 1 até 2sm e de 5,6% dos com renda até 1sm.

Gráfico 2: Renda familiar líquida dos aprovados no PSIU/UFPI em 2005 e da população piauiense e taxa de aprovação conforme a renda familiar



No mesmo período, constataram Pedrosa e outros (2007), no Brasil, enquanto 0,83% dos jovens de 18 a 24 anos do menor quintil de renda estavam no ensino superior, os do maior quintil eram 43,7%. Isso, ao mesmo tempo em que corrobora os dados da pesquisa, por outro, mostra, como apontado por Schwartzman (2011), quanto o acesso está correlacionado a fatores socioeconômicos e culturais.

A renda familiar da maioria das famílias vai possibilitar, entre outras vantagens, que grande parte (95%) dos alunos não trabalhe ou se o faz nem sempre é para se manter, permanecendo dependentes do auxílio familiar. Os que trabalham para sustentar a própria família são em número reduzido, como se observa na Tabela 3.

Tabela 3: Exercício de atividade remunerada e participação na renda familiar dos aprovados no PSIU/UFPI em 2005

Exercício de atividade remunerada e participação na renda familiar	Aprovados		Aprovados entre inscritos
	ABS	%	%
Não trabalha e recebe auxílio financeiro da família	2116	90,6	14,3
Trabalha e recebe auxílio financeiro da família	105	4,5	9,7
Trabalha e não recebe auxílio financeiro da família	19	0,8	3,7
Trabalha e contribui parcialmente para o sustento da família	76	3,3	6,3
Responsável pelo sustento da família	20	0,9	7,0
Total	2336	100	13,0

Verifica-se que os estudantes, a maioria, podiam dedicar-se aos estudos, dispondo de tempo e meios para isso, pois não trabalhavam. Todavia, havia aqueles que trabalhavam para sustentar-se total ou parcialmente, ou para prover suas famílias total ou parcialmente. Essas diferenças, expressões das condições econômicas, refletem nos resultados, isto é, na relação entre inscritos e aprovados em cada um deles.

Dos que eram totalmente dependentes da família, 14,3% foram aprovados, dos que trabalhavam, mas eram ajudados, 9,7%, e os que não recebiam auxílio, isto é, mantinham-se exclusivamente, eram 3,7%. Já dos que trabalhavam e contribuía total ou parcialmente com suas famílias 7,0% e 6,3% foram aprovados, respectivamente.

A moradia, cujos dados estão na Tabela 4, acompanha a situação econômica; 86,4% residem com os pais — 75,5%, em casa própria e 10,9%, em casa alugada — e os demais tinham situações diversas: 9,4% moravam com parentes e amigos, 1,6%, em pensionatos, e 2,5%, em suas casas (próprias ou alugadas).

Tabela 4: Situação de moradia dos aprovados no PSIU/UFPI em 2005

Situação de moradia	Aprovados		Aprovados entre inscritos
	ABS	%	%
Moram em casa própria dos pais	1766	75,5	13,8
Moram em casa alugada pelos pais	256	10,9	14,4
Moram em sua casa própria	38	1,6	5,7
Moram em casa alugada por ele mesmo	20	0,9	8,3
Moram em república, casa de estudante ou pensionato	38	1,6	10,1
Moram em casa de parentes ou amigos	220	9,4	10,4
Total	2338	100,0	13,0

Verifica-se que a moradia com os pais, independente da condição de propriedade do imóvel, favorece a aprovação, sendo desvantajoso morar em sua casa — alugada ou própria, indicando que, nessa situação, estão os responsáveis pela própria manutenção. Essas diferenças se expressam nas taxas de êxito. Dos primeiros, foram aprovados 14,4% dos que moravam com os pais em casa alugada e 13,8% dos que residiam em casa própria. Já dos que moram em casa alugada por eles mesmos, foram aprovados 8,3% e os que residiam em sua própria casa, 5,7%.

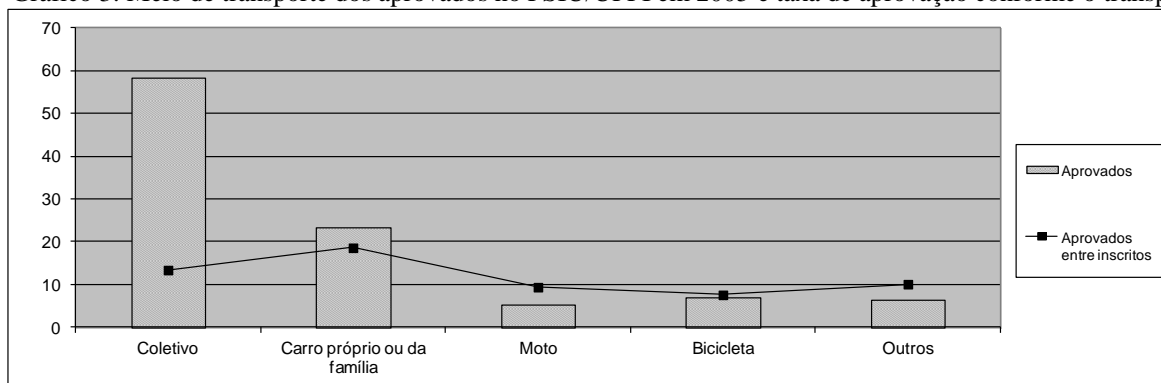
As diferenças na condição econômica, medida pela renda, moradia e ocupação, manifestavam-se, também, no meio de transporte utilizado, pois havia, como consta na Tabela 5, os que faziam uso de carro próprio ou da família - 23,3%; transporte coletivo - 58,3%; e até bicicleta - (6,9%).

Tabela 5: Meio de transporte dos aprovados no PSIU/UFPI em 2005

Meio de transporte	Aprovados		Aprovados entre inscritos
	ABS	%	%
Coletivo	1357	58,3	13,4
Carro próprio ou da família	541	23,3	18,6
Moto	121	5,2	9,4
Bicicleta	160	6,9	7,6
Outros	147	6,3	10,1
Total	2326	100	12,3

Verifica-se que o maior grupo é o dos que usam transporte coletivo, mas, no Gráfico 3, visualiza-se que o melhor resultado (18,6% entre os inscritos) foi dos que utilizavam carro próprio ou da família e o pior, o dos que usavam bicicleta, confirmando a influência da situação econômica nos resultados escolares. A taxa de êxito dos primeiros foi 2,5 vezes maior do que a dos últimos.

Gráfico 3: Meio de transporte dos aprovados no PSIU/UFPI em 2005 e taxa de aprovação conforme o transporte



A essas condições econômicas juntam-se as culturais.

Condição cultural dos aprovados

Os pais e mães dos aprovados, como se constata na Tabela 6, cursaram o ensino médio (39,3% dos pais e 42,1% das mães) ou superior (28,8% dos pais e 35,6% das mães), totalizando, os dois grupos, 68,1% e 77,7%, respectivamente. Os demais são basicamente constituídos por pais com ensino fundamental (28,1% dos pais e 20,3% das mães), sendo os filhos de analfabetos a menor parte — 3,9% e 1,9%, respectivamente.

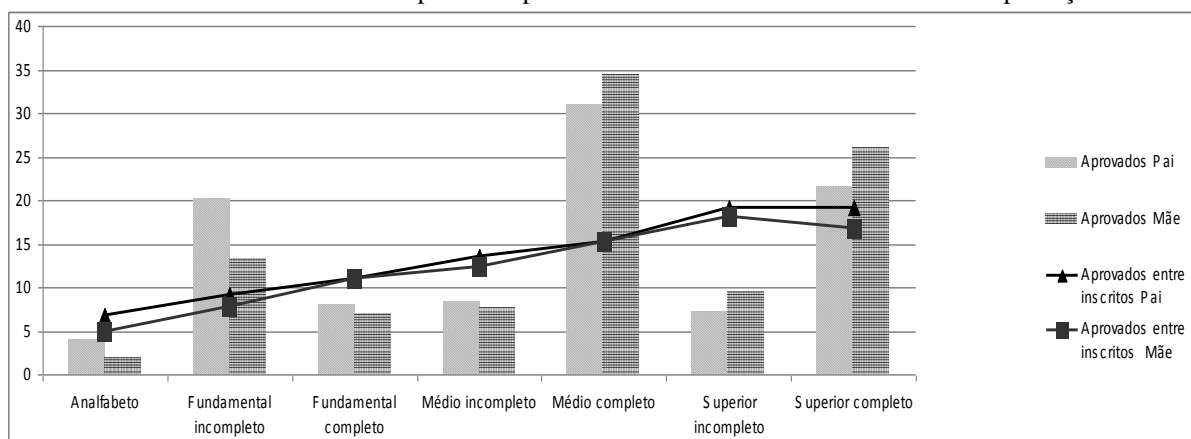
Tabela 6: Escolaridade dos pais dos aprovados no PSIU/UFPI em 2005 e taxa de aprovação

Escolaridade dos pais	Genitores	Aprovados		Aprovados entre inscritos
		ABS	%	%
Analfabeto	Pai	91	3,9	6,8
	Mãe	45	1,9	5,0
Fundamental incompleto	Pai	466	20,1	9,1
	Mãe	312	13,3	7,8
Fundamental completo	Pai	186	8,0	11,0
	Mãe	164	7,0	11,1
Médio incompleto	Pai	193	8,3	13,6
	Mãe	180	7,7	12,4
Médio completo	Pai	720	31,0	15,3
	Mãe	805	34,4	15,3
Superior incompleto	Pai	167	7,2	19,1
	Mãe	223	9,5	18,2
Superior completo	Pai	501	21,6	19,1
	Mãe	610	26,1	16,8
Total	Pai	2.324	100	13,1
	Mãe	2.339	100	13,0

Verifica-se, como já havia sustentado Bourdieu (1992), ser esse um fator que influencia na aprovação, pois os resultados crescem à medida que se eleva a escolaridade dos pais e mães, sendo o êxito dos filhos cujos pais tinham curso superior completo três vezes maior do que o dos filhos de analfabetos. É reduzida a parcela dos filhos de analfabetos, especialmente, da mãe, havendo duas vezes mais filhos de pais analfabetos do que de mães sem escolaridade, indicando que é mais difícil superar a ausência desse tipo de capital do que de outros.

A taxa de êxito, evidencia-se no Gráfico 4, daqueles cujos pai e mãe tinham curso superior foi de 19,1% e 16,8%, respectivamente; com ensino médio 15,3% para tanto para pai, como para mãe; e com ensino fundamental 11% também para ambos. Já os filhos de analfabetos, apenas 6,8 e 5,0% dos inscritos nessa condição foram aprovados, corroborando o que Nogueira e outros (2010) já haviam constatado sobre a relação entre as aspirações escolares dos pais e sucesso escolar dos filhos e Bonamino e outros (2010) em relação à influência da família no desempenho escolar. Contudo, diferentemente deste, aqui, a maior influência no desempenho escolar não é da mãe, mas do pai, salvo quando a associação é negativa, isto é, quando a mãe é analfabeta. Naquele estudo, enquanto o impacto da escolaridade da mãe tem associação positiva no desempenho em leitura a escolaridade do pai “não se mostrou estatisticamente significativo”.

Gráfico 4: Escolaridade dos pais dos aprovados no PSIU/UFPI em 2005 e taxa de aprovação



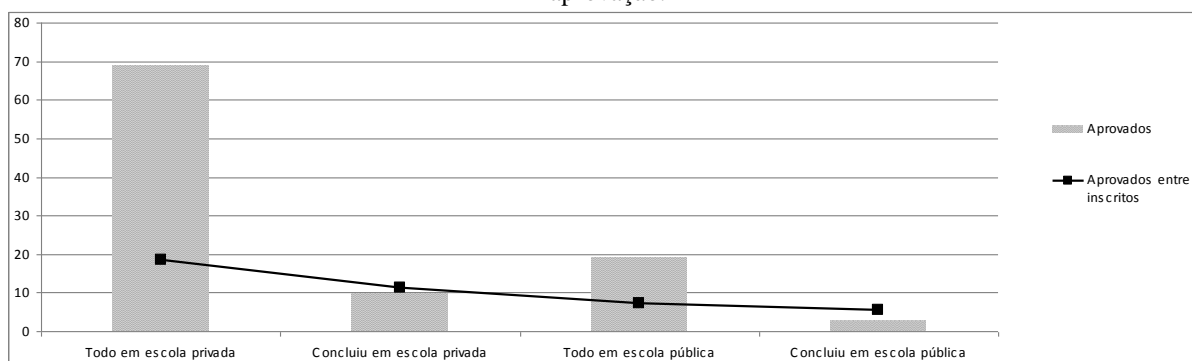
A escola média frequentada pela maior parte dos aprovados, conforme dados da Tabela 7, foi a privada, havendo 69% dos inscritos egressos desse tipo de estabelecimento. Os demais (19%) frequentaram escola pública, ou estudaram nas duas redes de ensino, sendo que 9,4% apenas concluíram na escola privada e 2,6% na pública.

Tabela 7: Tipo de escola frequentada no ensino médio pelos aprovados no PSIU/UFPI em 2005

Tipo de escola	Aprovados		Aprovados entre inscritos
	ABS	%	%
Todo em escola pública	445	19	7,2
Todo em escola privada	1.615	69	18,5
Concluiu em escola pública	62	2,6	5,6
Concluiu em escola privada	220	9,4	11,4
Total	2.342	100	13,0

A escola privada leva ampla vantagem sobre os demais tipos, como evidenciado no Gráfico 5, mesmo quando apenas aí se realizou a última série, sendo sua taxa de êxito duas vezes maior do que a dos que estudaram na pública, 18,5% e 7,2%, respectivamente. Já quando a conclusão foi feita em outra escola, os que o fizeram na privada tiveram duas vezes melhor resultado do que aqueles que fizeram na pública (11,4% e 5,6%).

Gráfico 5: Tipo de escola frequentada no ensino médio pelos aprovados no PSIU/UFPI em 2005 e taxa de aprovação.



As desvantagens dos alunos da escola pública nos processos seletivos para ingresso em instituições de ensino superior públicas é, segundo Zago (2009) um dos mais graves problemas em face da “baixa qualidade da educação que receberam”. É como, complementa, o mesmo certificado escolar tivesse valor distinto, dependendo da escola.

Nessas escolas, tanto numa como na outra, como demonstrado na Tabela 8, realizaram, quase todos (96,5%), o ensino médio regular, sendo os que fizeram curso profissionalizante 2,2% e o ensino supletivo 1,2%.

Tabela 8: Tipo de ensino médio cursado pelos aprovados no PSIU/UFPI em 2005

Tipo de curso	Aprovados		Aprovados entre inscritos
	ABS	%	%
Ensino médio	2259	96,5	13,5
Profissionalizante	52	2,2	7,4
Supletivo	29	1,2	6,1
Total	2340	100	13,0

Esse é um dado que mostra o quão são escassas as chances de quem tenta profissionalizar-se primeiro e depois ingressar no ensino superior e daqueles que não realizaram a escolarização na idade certa e, por isso, recorrem aos cursos supletivos.

Verifica-se que o tipo de curso frequentado na educação média condiciona o resultado no processo seletivo, até porque o nível médio tem por função tradicional a preparação para ingresso no grau mais elevado. O êxito deste foi duas vezes maior do que o dos demais, sendo o seu 13,5% e o dos demais 7,4% e 6,1%, respectivamente.

Na tabela 9, demonstra-se o turno em que estudaram o curso médio, que foi quase exclusivamente (90,6%) o diurno, havendo 4,1% provenientes do turno noturno e os demais estudaram em um e outro turno — 2,5% concluíram no diurno e 2,6% concluíram no noturno.

Tabela 9: Turno frequentado no ensino médio pelos aprovados no PSIU/UFPI em 2005

Turno	Aprovados		Aprovados entre inscritos
	ABS	%	%
Todo diurno	2123	90,8	14,9
Todo noturno	97	4,1	4,7
Parte diurno, parte noturno e concluiu no diurno	58	2,5	9,6
Parte no diurno, parte noturno e concluiu no noturno	60	2,6	5,8
Total	2.338	100,0	13,0

O turno em que o ensino médio foi cursado influencia nos resultados, sendo reduzidas as chances de aprovação dos que fizeram à noite, taxa mais de três vezes inferior à dos que realizaram durante o dia — 14,9% e 4,7%, respectivamente. Tal é a influência, que concluintes no diurno tiveram melhor resultado do que os que fizeram o contrário, isto é, concluíram no noturno — 9,6% contra 5,8%.

Tem-se, assim, a influência das condições econômicas e culturais nos processos seletivos. O fato é que, nos processos seletivos, têm mais sucesso os de renda familiar maior que 20 salários mínimos (quase quatro vezes mais do que os de até 1sm); os dependentes da família, total ou parcialmente (2 vezes mais do que quem arca com suas despesas); os filhos de pai e mãe com curso superior (3 vezes mais que filhos de analfabetos); os frequentadores de escola privada (2 vezes mais que os da escola pública).

Como essas diferenças se expressam no espaço social da Universidade Federal do Piauí é o que se examina a seguir.

ESPAÇO SOCIAL DA UFPI – POSIÇÕES E HIERARQUIAS

Os sujeitos foram localizados no espaço social a partir dos volumes de capital econômico e cultural calculados do seguinte modo: estabeleceu-se um valor para cada variável, sempre considerando do mais ao menos escasso, ou da maior à menor influência no acesso ao ensino superior. Esse procedimento tem por inspiração o estudo de Bonamino e outros (2010) que estabeleceu os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar a partir de estatística descritiva de variáveis e medidas de regressão. Aqui, também parte-se, da estatística descritiva, mas complementa-as com medidas de dispersão. A sistemática adotada é descrita a seguir.

O volume de capital econômico (VKE) foi calculado a partir da fórmula: $VKE = ocup_pai + ocup_mãe + ocup_est. + rend_fam + partic_renda + meio_trans + sit_moradia$. A cada variável, foram atribuídos os seguintes valores:

- Ocupação do pai e ocupação da mãe: -2, para desempregados, -1, para trabalhar por conta própria, 1, para funcionário de empresa privada, 2, funcionário público e 3, para sócios ou proprietários de empresas.
- Ocupação do estudante – consideraram-se apenas duas situações: -1, trabalhar e 1, não trabalhar, pois o que importa é o que favorece ou desfavorece o acesso, além de que trabalhar, em qualquer situação, indica escassez de renda familiar.
- Renda familiar: -2, para renda até 1 salário mínimo, -1, para renda de 1 a 2sm, 1, para mais de dois a três, 2, para mais três a cinco, 3, de seis a dez, 4, de onze a vinte e 5, mais de vinte salários.
- Participação na renda familiar: -3, para responsável pelo sustento da família, -2, para o que trabalha e contribui parcialmente para o sustento da família, -1, trabalha e não recebe auxílio da família, 1, trabalha e recebe auxílio da família, 2, não trabalha e recebe auxílio da família.
- Meio de transporte: -2, para outros meios de transporte, -1, bicicleta, 1, transporte coletivo, 2, carro próprio ou da família.
- Situação de moradia: -2, mora na casa de parentes ou amigos, -1, mora em república, pensionato ou casa do estudante, 1, em casa alugada pelo estudante, 2, em casa alugada pelos pais, 3, mora em casa própria do estudante e 4, mora em casa própria dos pais.

Atribuindo-se os valores máximos correspondentes, na fórmula, obtêm-se: $VKE = 3 + 3 + 1 + 5 + 2 + 3 + 4 = 21$. Portanto, o volume máximo possível de capital econômico é 21 pontos.

O cálculo do volume de capital cultural (VKC), por seu turno, foi feito a partir da fórmula: $VKC = inst_pai + inst_mãe + tip_esc + tur_curso + tip_curso$. Os valores atribuídos a cada variável foram os seguintes:

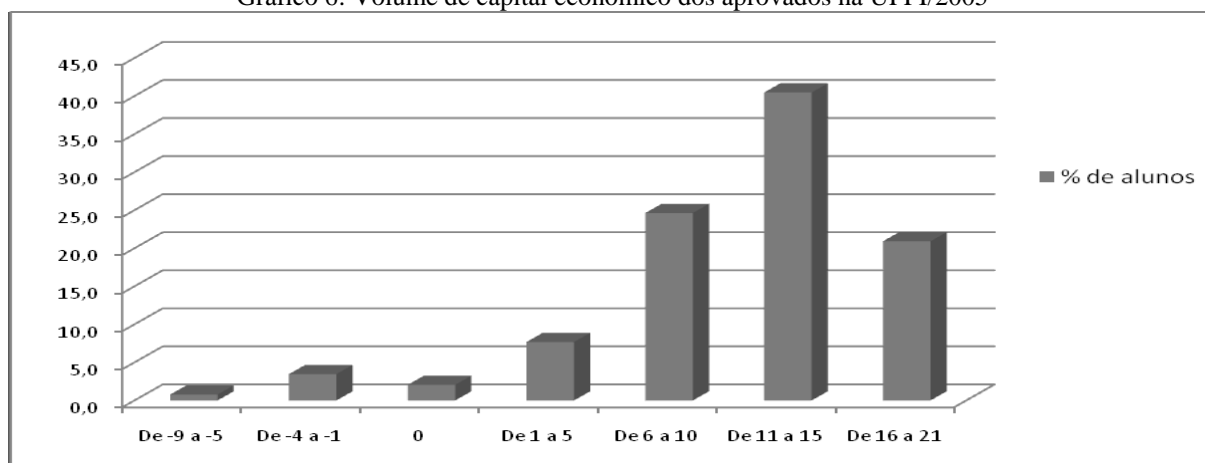
- Nível de instrução do pai e nível de instrução da mãe: -2, quando não alfabetizado, -1, para ensino fundamental incompleto, 1, para ensino fundamental completo, 2, para ensino médio incompleto, 3 pontos, para ensino médio completo, 4, para ensino superior incompleto e 5, para ensino superior completo.
- Tipo de escola: -1, para concluiu em escola pública, -2, estudou todo o ensino médio em escola pública, 1, concluiu em escola particular e 2, estudou todo o ensino médio em escola particular.
- Turno: -1, concluiu o ensino médio no turno noturno, -2, estudou todo o ensino médio noturno, 1, concluiu no diurno e 2, todo o ensino médio no diurno.
- Tipo de curso: -2, para cursos supletivos, -1, curso profissionalizante e 2, ensino médio.

Atribuindo-se os valores máximos correspondentes, na fórmula, obtêm-se: $VKC = 5 + 5 + 2 + 2 + 2 = 16$. Portanto, o volume máximo possível de capital cultural é 16 pontos.

Esses dados foram submetidos à análise estatística através de medidas de frequência, tendência central e dispersão, contando com o auxílio do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS version 15.0) e do *Microsoft Office Excel 2003*.

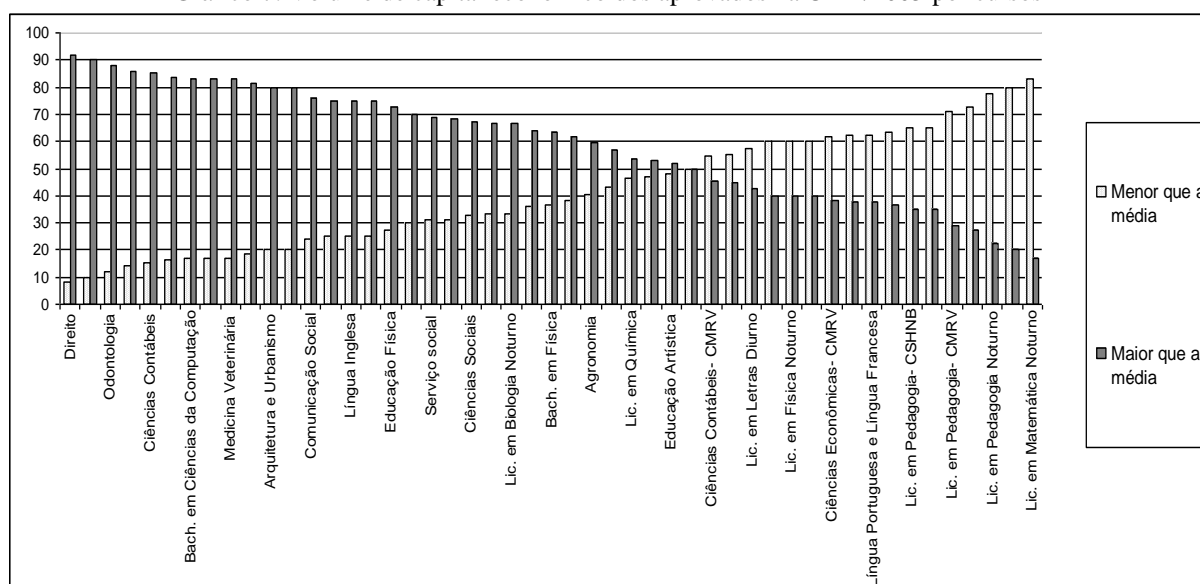
O volume de capital econômico (VKE) é diverso entre os aprovados, como se visualiza no Gráfico 6, sendo 86% superior a 6, indicando a posse das propriedades valorizada.

Gráfico 6: Volume de capital econômico dos aprovados na UFPI/2005



Verifica-se que a média de capital econômico entre os aprovados foi 11,1, estando 61,4% acima e 38,6% abaixo, com variação entre o menor e o maior valor de 31 pontos e o desvio padrão 5,2. No Gráfico 7, demonstra-se que entre os 49 cursos então existentes, em 31 (63%), mais da metade dos alunos tinha capital econômico acima da média, em 01 (2%) – Lic. em Matemática – os alunos dividiam-se igualmente; e, em 17 (35%), mais da metade tinha capital cultural menor do que a média. Estes, quase todos, a exceção é Administração (CMRV), são licenciaturas, sendo os maiores percentuais registrados em: Lic. em Pedagogia – CMRV (71,1%), Lic. em Pedagogia (N) (77,5%), Lic. em Química (N) (80,0%), Lic. em Matemática (N) (83,3%).

Gráfico 7: Volume de capital econômico dos aprovados na UFPI/2005 por cursos

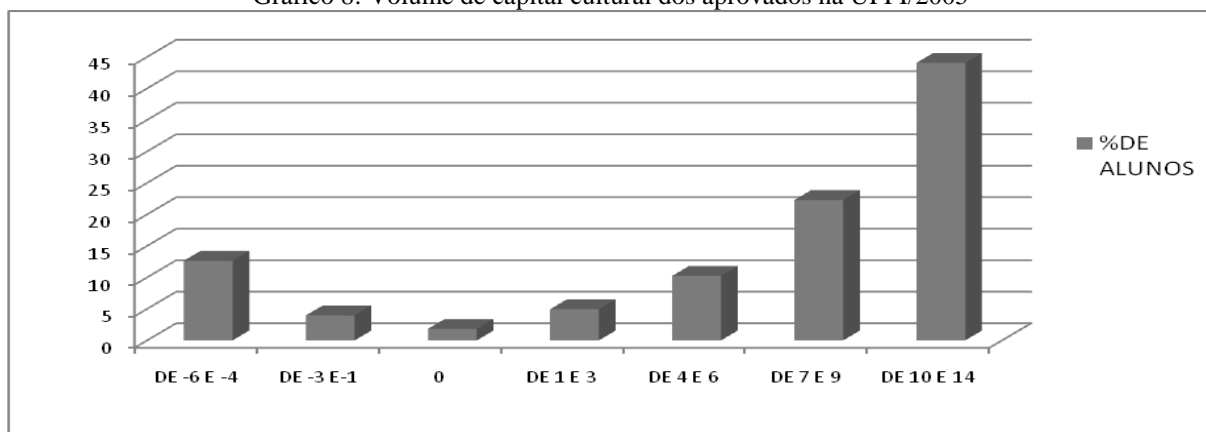


Os cursos em que a maioria possuía capital econômico acima da média, todos eram bacharelados, exceto Licenciatura em Biologia, com 83,3% dos alunos. Os maiores

percentuais foram registrados em: Direito (D) (92%), Medicina (90%), Odontologia (88%), Direito (N) (86%), Ciências Contábeis (85%), Administração (83,8%), Bach. em Ciências da Computação (83,3%), Medicina Veterinária (82,9%), Engenharia Civil (81,4%). O gráfico abaixo representa essas diferenciações:

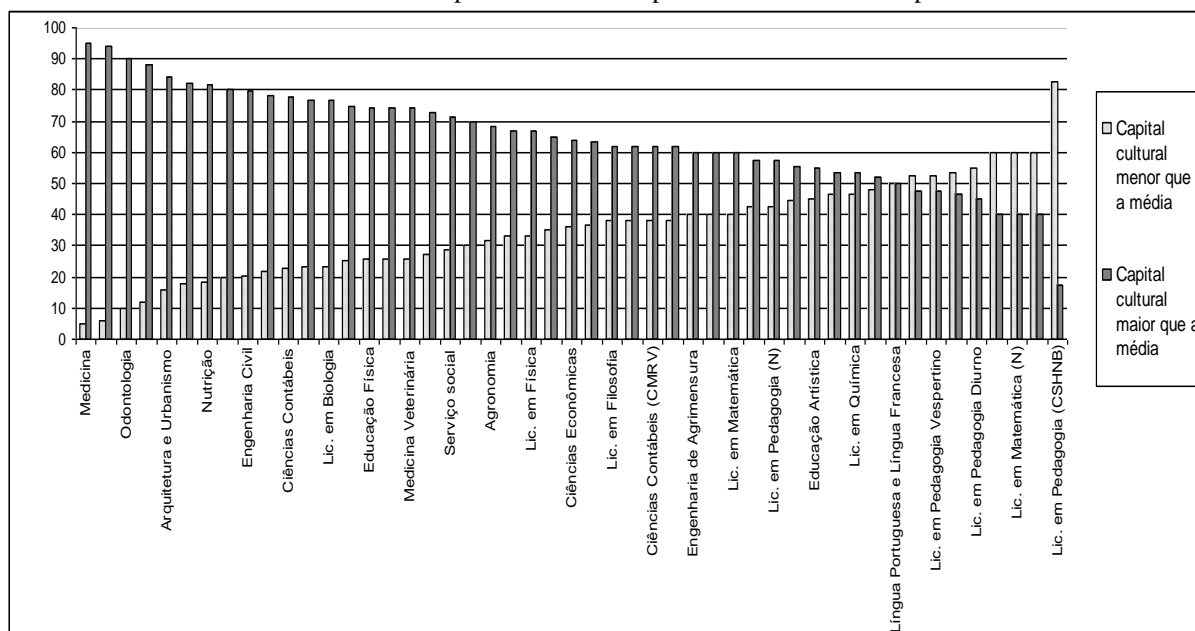
O volume de capital cultural também é diverso entre os aprovados, como se visualiza no Gráfico 8, sendo o maior número nos valores superiores a 7,0, o que indica a posse das propriedades valorizada, isto é, escassas ou mais significativas para ingresso no ensino superior.

Gráfico 8: Volume de capital cultural dos aprovados na UFPI/2005



Verifica-se que a média de capital cultural entre os aprovados foi 7,0, estando 66,4% acima e 33,6% abaixo, com variação entre o menor e o maior valor de 21 pontos e o desvio padrão 5,8. No Gráfico 9, demonstra-se que entre os 49 cursos então existentes, em 40 (82%), mais da metade dos alunos tinha capital cultural acima da média, em 01 (2%) – Língua Portuguesa e Língua Francesa – os alunos dividem-se igualmente e, em 8 (16%), mais da metade tinha capital cultural menor do que a média. Estes são os seguintes: Lic. em Pedagogia – CSHNB (82,5%), Lic. em Letras (N), Lic. em Matemática (N), Lic. em Química (N) (60,0% cada um), Lic. em Pedagogia (D) (55,0%), Lic. em Pedagogia – CMRV (53,3%), Lic. em Letras (D), Lic. em Pedagogia (V) (52,5%, cada).

Gráfico 9: Volume de capital cultural dos aprovados na UFPI/2005 por cursos

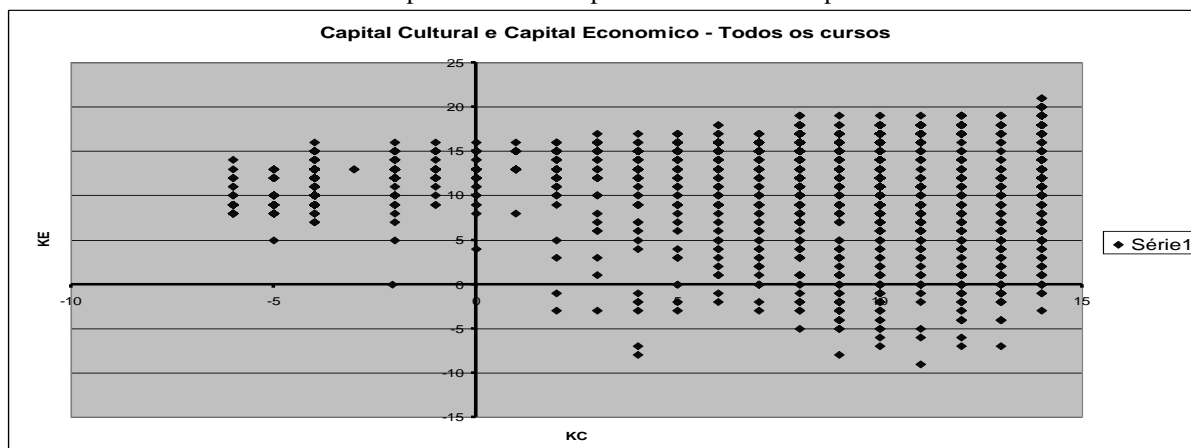


Nos cursos em que a maioria possuía capital cultural acima da média, o maior número de alunos encontrava-se em: Medicina (95%), Direito (D) (94%), Odontologia (90%), Direito (N) (88%), Arquitetura e Urbanismo (84%), Comunicação Social (82%), Nutrição (81%), Bach. em Ciências da Computação (80%). O gráfico abaixo representa essas diferenciações:

O cruzamento do capital cultural com o econômico num gráfico de dispersão mostra que a maioria dos aprovados encontra-se entre os que possuem maiores volumes (primeiro quadrante), significando que possuem capital positivo tanto de uma espécie quanto da outra e que inexistem sujeitos com valores negativos nas duas espécies de capital (terceiro quadrante).

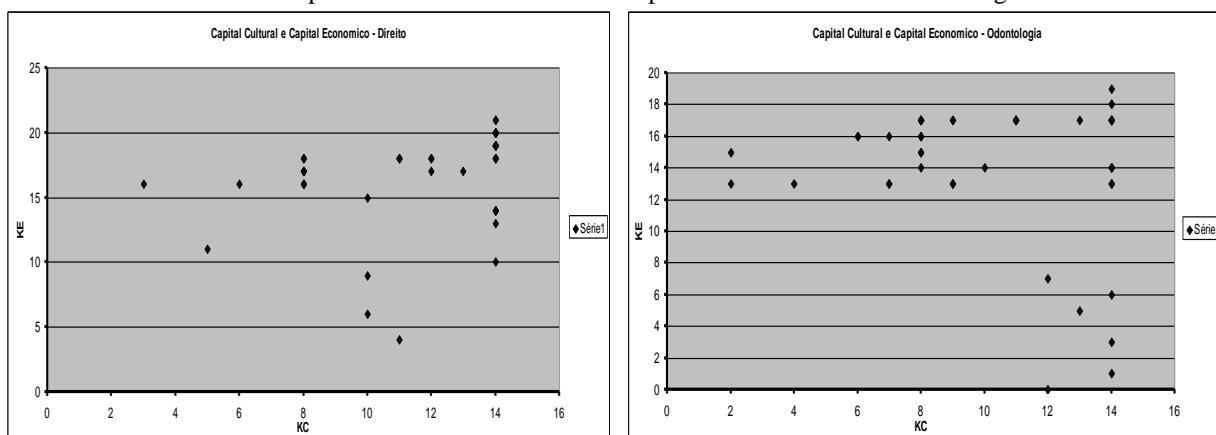
No gráfico de dispersão abaixo (Gráfico 10), verifica-se que é menor o número de alunos com mais capital cultural negativo e capital econômico positivo (segundo quadrante) do que o contrário — capital econômico negativo e cultural positivo (quarto quadrante), indicando que, no acesso ao ensino superior, a influência do capital cultural é maior do que a do econômico.

Gráfico 10: Volume de capital cultural e capital econômico dos aprovados na UFPI/2005



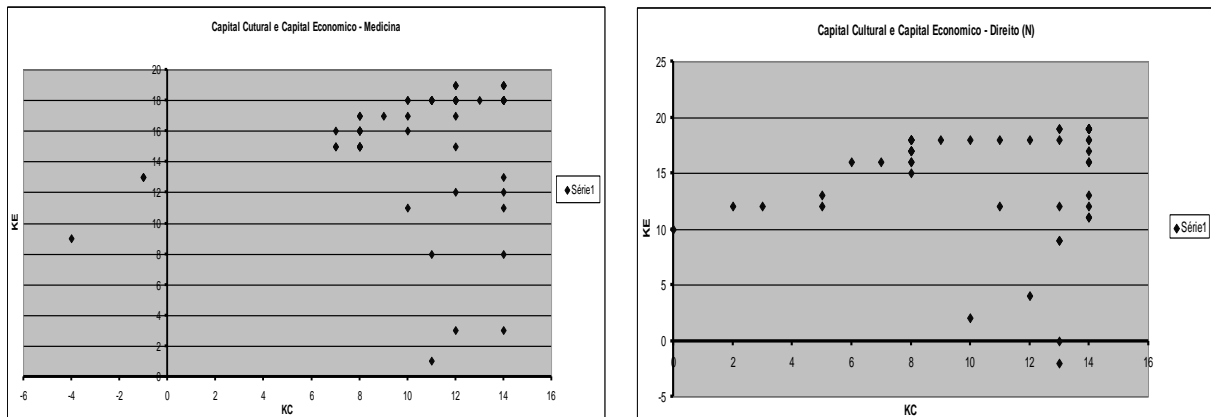
Entre os cursos, aqueles com mais alunos com maior volume dos dois tipos de capital (Gráfico 11), verificou-se que há aqueles em que todos os aprovados possuem valores positivos dos dois tipos de capital, estando todos no primeiro quadrante – Direito (diurno) e Odontologia. Estes são os mais seletivos.

Gráfico 11: Volume de capital cultural e econômico dos aprovados em Direito e Odontologia na UFPI/2005



Há, ainda, os casos em que quase todos têm capital econômico positivo, mas são registrados alguns casos de cultural negativo – Medicina, Arquitetura e Urbanismo (Gráfico 12). E também os que, ao contrário, quase todos têm capital cultural positivo, mas registram-se alguns casos de capital econômico negativo – Direito (N).

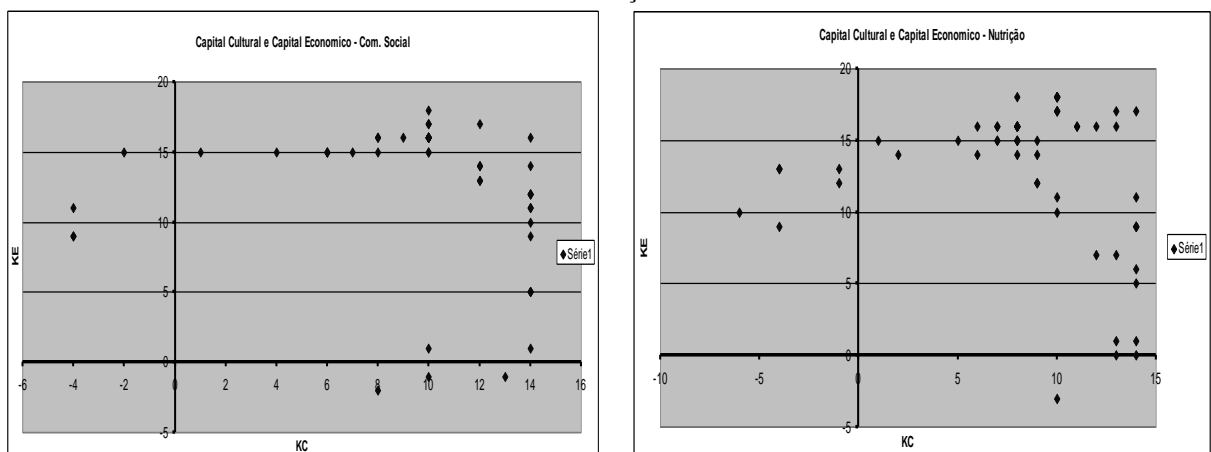
Gráfico 12: Volume de capital cultural e econômico dos aprovados em Medicina e Direito (N) na UFPI/2005



Naqueles em que a maioria tem capital cultural e econômico positivos, mas registram-se alguns casos negativos tanto em um quanto no outro, existindo sujeitos nos três quadrantes – Comunicação Social, Nutrição, Ciências da Computação, Ciências Contábeis (Gráfico 13).

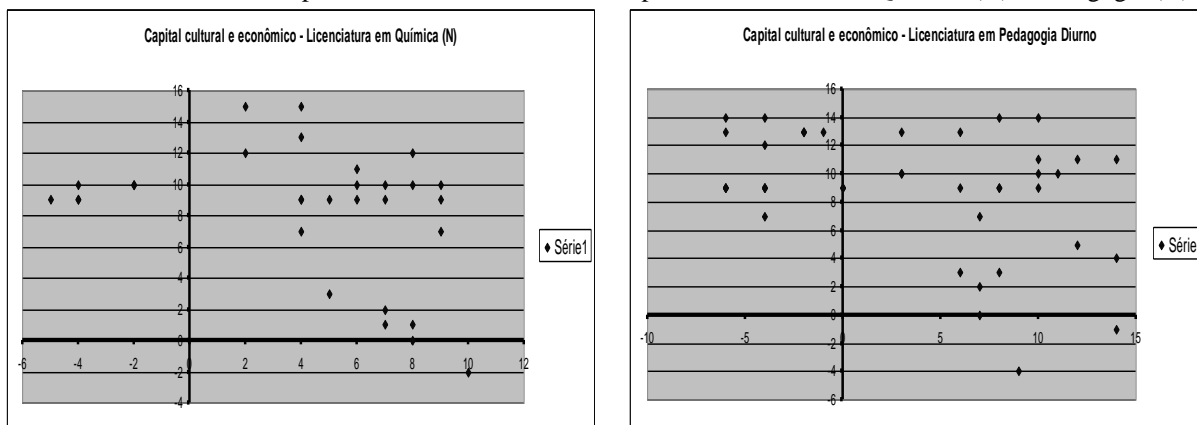
Há ainda aqueles em que a maioria tem capital cultural e econômico positivos, mas registram-se alguns casos negativos tanto em um quanto no outro, existindo sujeitos nos três quadrantes – Comunicação Social, Nutrição, Ciências da Computação, Ciências Contábeis (Gráfico 13).

Gráfico 13: Volume de capital cultural e econômico dos aprovados nos cursos de Comunicação Social e Nutrição



Nos cursos com mais alunos com menor volume dos dois tipos de capital, verificou-se que a dispersão (Gráfico 14), isto é, a variação entre os sujeitos é maior do que nos cursos em que os alunos possuem mais volume de capital dos dois tipos.

Gráfico 14: Volume de capital cultural e econômico dos aprovados em Lic. em Química (N) e Pedagogia (D)



Constata-se que o acesso à UFPI depende da posse de propriedades econômicas e culturais valorizadas ou pelo menos uma delas, não havendo aprovados com ambas desvalorizadas. Nos cursos, isso se expressa em seletividade, havendo uns mais seletivos do que outros, isto é, em que apenas aqueles com as propriedades valorizadas das duas espécies são aprovados e outros que possibilitam êxito daqueles com apenas uma delas. Nessa situação, não são muitos, havendo cursos em que inexitem, como Direito (D) e Odontologia, ou são pouquíssimos, como Medicina, Arquitetura e Direito (N).

Esses dados evidenciam os limites da democratização da educação superior no Brasil, em que as desigualdades econômicas e culturais acabaram produzindo desigualdades no interior do sistema de ensino com uma hierarquização entre os cursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame das desigualdades no interior do ensino superior e, especificamente, a distribuição delas no espaço social da Universidade Federal do Piauí expôs as propriedades econômicas e culturais dos aprovados nos processos seletivos de ingresso de 2005 e como, a partir dela, os sujeitos se distribuem entre os cursos. Constatou-se que os sujeitos se distinguem tanto em relação às propriedades econômicas, quanto no tocante às culturais, todavia, aqueles que possuem as mais valorizadas e escassas, no espaço social local, estão em maior número, havendo mais filhos de famílias com renda superior a 3 salários mínimos e escolaridade média e superior, por exemplo, do que provenientes de famílias com renda menor que 1 salário mínimo e genitores analfabetos.

No espaço social da Universidade, essas propriedades produzem uma hierarquia entre os cursos, havendo aqueles em que seus estudantes só possuem propriedades valorizadas e

escassas ou com número reduzido dos que não as têm. Já em outros, há possuidores de propriedades valorizadas, mas existem aqueles com volume de capital econômico ou cultural negativo, expressando a seletividade entre os cursos e definindo uma hierarquia social entre eles. No topo, tem-se Direito (Diurno) e Odontologia, por possuírem apenas alunos com propriedades valorizadas nos dois tipos de capital, seguidos de Medicina e Arquitetura em que grande parte possui apenas propriedades valorizadas, mas registram casos de capital cultural negativo. Na base, têm-se os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Letras e Química em que há o maior número de sujeitos com capital cultural e econômico em volume menor.

Assim, as posses operam de modo diferente entre os cursos, havendo uns mais seletivos do que outros, com maiores e menores diferenças econômicas e culturais, sendo todos os espaços sociais hierarquizados, vale dizer, marcados pelas desigualdades.

Essas desigualdades, por um lado, mostram que têm acesso à Universidade os possuidores de condições econômicas e culturais diferenciadas, evidenciando o prolongamento da escolaridade também entre as famílias com menor renda ou escolaridade, uma novidade no Brasil. Mas, por outro, significam que o livre jogo das leis de transmissão cultural, em que se baseia o princípio da igualdade norteador dos processos seletivos então vigentes para ingresso na Universidade, o que faz com que a distribuição das propriedades entre as classes sociais se mantenha inalterada, e que a minoria da população que tem escolaridade e renda mais elevada obtenha mais vagas nos cursos mais prestigiados.

Assim, as propriedades econômicas e culturais influenciam não apenas os resultados dos processos seletivos e o tipo de curso a que se tem acesso, mas também definem as posições dos sujeitos no interior da Universidade. Desse modo, esta também é um espaço de posições, onde sujeitos de diferentes condições econômicas e culturais convivem.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, A. et al. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 45, p. 487-499, set./dez. 2010.

BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 296-336.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. São Paulo: Papyrus, 1996.

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs). **Escritos de Educação**. Trad. Aparecida Joly Gouveia. 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes,

2002, p. 71-79.

COSTA, M. da; NOGUEIRA, M. A. Desiguais oportunidades de escolarização – antigo tema sob novos olhares na Sociedade. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 228-233, dez., 2009.

NOGUEIRA, C. M. et al. A influência da família no desempenho escolar: estudo de dados da geração escolar 2005. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 379-396, dez., 2009.

PEDROSA, R. H. L. et. al, Academic performance, students' background and affirmative action at a Brazilian University. **Hight Education Management and Policy**, v. 19, n.3, p. 1-19, 2007. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/education/academic-performance-students-background-and-affirmative-action-at-a-brazilian-university_hemp-v19-art18-en. Acesso em: maio, 2013.

PIAUI. Fundação CEPRO. **Piauí em Números**. 7.ed. Teresina, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. Admissions to higher education in Brazil. **The World View** – A blog from the Center for International Higher Education. Disponível em: http://www.insidehighered.com/blogs/the_world_view/admissions_to_higher_education_in_brazil#ixzz2V6cdrant . Acesso em: abr., 2013.

ZAGO, N. Étudiants d'origine populaire et accès à l'université publique - Entre opportunités et limitations. **Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs**, n. 8, p. 213–227, 2009. Disponível em: <http://cres.revues.org/632>. Acesso em: abr., 2013.